

VÍTOR MATIAS FERREIRA
Instituto Superior de Ciências
do Trabalho e da Empresa

Observatório Prospectivo da Metrópole de Lisboa: Notas para a Criação de um Dispositivo de Observação Prospectiva

173

A partir de algumas considerações teórico-políticas, que se consideraram adequadas ao contexto da sua exposição oral aquando da realização do I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, propõe-se a criação de um dispositivo de observação prospectiva, construído, fundamentalmente, em função da Área Metropolitana de Lisboa.

Por outro lado, o facto de aquelas considerações se centrarem numa das dimensões estruturantes e, de

certo modo, determinantes do próprio desenvolvimento daquele território metropolitano — isto é, as relações Centro/Periferia — não significa, como se verá, que tal Observatório se limite a privilegiar aquele sistema de relações contraditórias e complementares. Em todo o caso, o contexto da sua exposição inicial apelava, precisamente, àquela dimensão problemática de enquadramento do referido dispositivo.



texto que a seguir se apresenta exige uma breve nota justificativa sobre o seu conteúdo e a eventual oportunidade da respectiva publicitação.

Com efeito, a proposta de criação de um dispositivo de observação prospectiva (no caso, centrado no território urbano-metropolitano de Lisboa) é já relativamente antiga, sobretudo na sua versão mais elementar, suscitando, precisamente, a necessidade de se criar aquele mesmo dispositivo. A esse título, uma versão mais simplificada da que aqui é apresentada circulou entre diversos especialistas e mesmo no interior de determinadas instituições, beneficiando de alguns comentários críticos e propiciando, inclusivamente, alguma curiosidade!... Mas, por vicissitudes várias, a referida proposta não encontrou, ainda, um lugar institucional adequado ao seu próprio desenvolvimento. A implementação política, prevista para breve, da figura jurídico-administrativa das áreas metropolitanas (nomeadamente, da Área Metropolitana de Lisboa) pode vir a permitir uma tal adequação e concretização.

**Nota
justificativa**

Por outro lado, o enquadramento problemático que antecede aquela mesma proposta, na sua formulação elementar mas procurando situar-se no contexto científico-político do I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, constituiu efectivamente, na sua versão oral, o conjunto de notas e de observações julgadas pertinentes tanto em relação àquele contexto, como em relação à própria criação do dispositivo de observação prospectiva. Tratava-se, então, de enunciar um conjunto de ideias — em grande parte fundamentadas em estudos e análises anteriormente realizadas — que, precisamente, sustentasse a criação daquele dispositivo.

Aos colegas do Centro de Estudos Sociais de Coimbra — e particularmente, ao seu director, Prof. Boaventura Sousa Santos — aproveito a oportunidade para agradecer, publicamente, não só o convite para participar no referido Congresso, mas também o ensejo de publicar, agora em moldes mais amplos, a proposta de criação do referido dispositivo de observação prospectiva que, muito embora esteja pensado para a Cidade-Metrópole de Lisboa, não deixará, assim se julga, de ter pertinência em aglomerações urbanas semelhantes.

I. O Centro e a Periferia de Lisboa: uma duplicidade fatal?

1. À GUIA DE INTRÓITO

Por vicissitudes várias este texto é reescrito algum tempo depois da sua esquemática apresentação no I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Julho 1990. Significativamente, porém, mantém, ainda, tal como aquando daquela apresentação, uma sucinta enunciação problemática — de um projecto de “investigação-acção” muito específico, como veremos —, não só porque algumas daquelas vicissitudes impediram, até ao momento, o amplo desenvolvimento daquele projecto — entretanto reorientado noutras direcções —, mas porque, deste modo, ele manterá ainda, assim se julga, algum “realismo” adequado ao momento da sua exposição pública.

Com efeito, e com algum arrojo, é bom dizê-lo, trouxemos para o seio de um congresso — desde logo marcado pela condição internacionalmente “periférica” de boa parte das suas preocupações teóricas e empíricas — a enunciação de um dos temas mais “centrais” daquela mesma condição, ainda que reportada a um contexto territorial particularmente significativo, concretamente, o espaço polarizado pelo próprio processo de urbanização de Lisboa.

Convém sublinhar, no entanto, que não é nosso propósito apoiarmo-nos na vasta e polémica literatura sobre aquela condição “periférica”, nomeadamente a que teve os seus momentos altos ao longo dos anos 70 — e que, a propósito da questão urbana, foi sobretudo desenvolvida em torno da noção de “urbanização dependente”!

Realmente, as analogias têm alguns limites e quando se trata de enunciar algumas linhas de pesquisa de um projecto a desenvolver, tendo como referência emblemática — e somente como tal — aquela mesma problemática, aquelas limitações vão de par com os próprios enunciados da respectiva investigação. Acresce que a enunciação problemática de uma situação conotada, digamos, por uma “duplicidade fatal” entre o(s) Centro(s) e a(s) Periferia(s), não é, no caso em apreço, um ponto de chegada — ou um objecto de investigação, para ser mais rigoroso —, mas precisamente um espaço e um tempo, necessariamente polémicos, de uma inquirição da própria condição estruturante de um determinado território, neste caso, do território urbano-metropolitano de Lisboa.

Ressalvando, portanto, que estamos enunciando algumas questões problemáticas que, em última análise, relevam daquela insinuante “duplicidade fatal”, ficará necessariamente em aberto uma teoria que fundamente aqueles mesmos enunciados. Em todo o caso, não é esse, também, um dos resultados esperados, ainda que, muitas vezes, implícitos, para qualquer projecto de investigação?

2. UM POSICIONAMENTO PROBLEMÁTICO

De modo necessariamente sucinto, parece importante posicionar o conjunto de reflexões que suscitam, precisamente, a criação de um dispositivo de observação prospectiva, enquadrado num projecto de investigação-acção e que abordaremos adiante (v. II). Desde logo, é de destacar um significativo paralelismo, cujas implicações mais imediatas não deixarão de orientar alguns dos eventuais desenvolvimentos daquele dispositivo.

Com efeito, sabe-se como, em termos político-económicos e geo-estratégicos, Portugal mantém uma dúplici condição territorial — “periférico”, no contexto europeu, “central” no respectivo posicionamento atlântico! A capital do país — exactamente devido a essa mesma situação de capitalidade — constitui-se, assim, como um dos referentes

emblemáticos e simbólicos daquela mesma duplicidade. A designação de Lisboa como Capital Atlântica da Europa ⁽¹⁾ — jogando, emblematicamente, nos “dois tabuleiros” principais da capital do país (europeu e atlântico) — recusa, pois, liminarmente, qualquer figura de retórica, para se assumir, clara e prospectivamente, como uma ideia urbana, histórica e culturalmente adequada à capital do país.

Significativamente, pode estabelecer-se uma homologia entre aquela duplicidade territorial, ao nível do país, e o processo de formação e de estruturação do espaço polarizado pela respectiva capital — espaço esse que, como se sabe, é de características urbano-metropolitanas. Com efeito, só é pertinente designar a “periferia metropolitana” de Lisboa em função e em interacção estruturante com a “centralidade urbana” da capital do país, sabendo-se, inclusivamente, que aquela “periferia” não “começa”, propriamente, nos limites administrativos do concelho de Lisboa, mas no seu próprio interior, exactamente onde e quando “acaba” aquela mesma “centralidade”.

Deste modo, se ao nível do país o posicionamento territorial deveria ser o de potenciar as suas componentes de “centralidade” — procurando neutralizar, nesse mesmo movimento, a sua condição “periférica” —, ao nível do espaço urbano-metropolitano de Lisboa aquela homologia deverá implicar uma potenciação do conjunto do território em causa, numa postura de progressiva superação das relações internas de dominação e de dependência que, como se sabe, têm vindo a determinar a própria estruturação do território urbano-metropolitano de Lisboa.

Por outro lado, se são hoje relativamente conhecidos os factores que determinaram aquela condição urbano-metropolitana na respectiva estruturação territorial da capital do país, um elevado grau de “incerteza”, a montante e a juzante de uma avaliação dos processos de *mudança territorial* actualmente em curso, torna aleatório o conhecimento prospectivo dessa mesma mudança, dificultando, assim e necessariamente, a construção de “cenários não-improváveis” sobre o futuro daquele território.

Uma tal constatação esteve, por isso, na origem da constituição de um *Observatório Prospectivo da Metrópole de Lisboa* (v. II) para o qual remetemos o respectivo enqua-

⁽¹⁾ Designação adoptada pela Coligação “Por Lisboa” nas eleições autárquicas de 1989. Como enunciação programática de um determinado “projecto de cidade” constitui, a nosso ver, uma referência emblemática de uma *ideia* de Lisboa a desenvolver.

dramento problemático, bem como a necessária fundamentação empírica e metodológica de uma tal instância de observação prospectiva.

No contexto problemático referido, o *Observatório* surge, assim, como um quadro de referência específico a uma diversidade de análises, estudos, acções, enfim, a um conjunto de observações sistemáticas, de natureza tendencialmente prospectiva, que permitam uma correspondente capacidade de intervenção territorial devidamente fundamentada. Neste sentido, o projecto de pesquisa-acção que adiante apresentaremos constitui, pois, um dos contributos a esse necessário “saber-fazer” — no campo problemático da pesquisa a seguir explicitada —, concretizando, assim, um dos objectivos primeiros da criação daquele Observatório.

177

3. UMA “FATALIDADE” DÚPLICE OU CÚMPLICE?

Antes, porém, de passarmos à explicitação daquele Observatório, parece necessário sinalizar ainda duas ou três considerações que reforcem, precisamente, do nosso ponto de vista, a criação daquele dispositivo de observação prospectiva.

Já em momentos anteriores procurámos acentuar algumas características das condições estruturantes do processo de urbanização de Lisboa. No entanto, convém igualmente acentuar uma questão, previamente de ordem metodológica, que, na generalidade dos casos, se posiciona, face àquelas condições estruturantes, numa perspectiva predominantemente centrípeta — ou, para nos situarmos na problemática aqui em causa, uma perspectiva claramente urbano-cêntrica!

Paradoxalmente (ou talvez não!), o sistema de relações Centro-Periferia é, assim, observado e analisado do ponto de vista do *centro* — ou melhor, dos diversos “centros”, consoante, precisamente, o “lugar central” da emissão daquelas observações. Naturalmente, também não se tratará de propor um ponto de vista, digamos inverso, em que de um modo um tanto miserabilístico nos posicionaríamos, então, do lado(?) da(s) Periferia(s)!

Pelo contrário, a hipótese central do dispositivo de observação prospectiva, aqui em causa, procura polemizar, precisamente, com o que poderíamos enunciar como uma duplicidade fatal entre os pretensamente “majestáticos” centros e as eternamente “sofridas” periferias, duplicidade

essa — curiosamente, do género masculino/feminino ... — que, como num jogo duplo, constitui, ao fim e ao cabo, como que uma efectiva aposta de perpetuação de uma “fatalidade” que era suposto questionar.

Uma enunciação temática que não deixa de propiciar alguma potencialidade explicativa daquela (aparente) dúplice fatalidade parece ser a que poderíamos resumir numa fórmula assaz emblemática: concretamente, a que se reporta a um território que, na sua necessária especificidade, reúne a condição de “já não ser rural, de não ser ainda urbano, mas a de apresentar, já, as características de um espaço metropolitano”, como parecem ser tantos tecidos ditos intersticiais nas próprias malhas do processo de metropolização de Lisboa. Um “hinterland”, chamaram-lhe geógrafos e urbanistas; uma “terra de ninguém” dirá um urbanita, cioso e convicto da sua própria historicidade urbana.

Em tais condições, aqueles espaços híbridos “urbano-rurais” ou “nem urbanos, nem rurais”, aparecem, assim, como lugares privilegiados de observação — locais de especificação territorial, como noutro momento designámos — potencialmente significativos das características mais subteis daqueles processos de estruturação do(s) centro(s) e da(s) periferia(s). Tal é a situação, particularmente significativa, nos casos de aglomerados cuja natureza sócio-espacial “oscila” entre uma matriz de origem urbana e uma já presente configuração metropolitana. Como se sabe, os exemplos não faltam no território polarizado pela Metrópole de Lisboa!

Naturalmente, o âmbito do Observatório (que a seguir abordaremos) não se esgota naquelas exemplaridades, muito embora se admita constituírem analisadores privilegiados, sobretudo na sua vertente prospectiva. Serão, certamente, exemplares na dilucidação de algumas das condições que tendem a perpetuar (eventualmente na própria enunciação do Observatório...) aquela duplicidade fatal(?) entre o Centro (de Lisboa) e a Periferia (da Metrópole)!

II. Observatório Prospectivo da Metrópole de Lisboa

1. ENQUADRAMENTO PROBLEMÁTICO

A experiência de investigação e os resultados de pesquisas entretanto desenvolvidas, particularmente nos últimos anos, sobre os processos de transformação sócio-económica e urbanística da cidade e da metrópole de Lisboa, constituem um património conceptual e um conjunto de observações empíricas, suscitando novos aprofundamentos

analíticos e, eventualmente, diferentes equacionamentos problemáticos.

Num tal contexto de investigação, têm vindo a ser desenvolvidas diversas linhas de pesquisa pluridisciplinar, ponderando uma perspectiva mais propriamente urbanística e sociológica com contribuições disciplinares, entre outras, da geografia, da história e da economia. De destacar, em especial nos últimos anos, o campo de investigação de diversos projectos de pesquisa, aliás no seguimento de outros estudos realizados quer pelo autor da presente proposta, quer por outros investigadores que, particularmente no quadro do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, têm vindo a desenvolver aquelas abordagens pluridisciplinares.

O presente dispositivo insere-se, ainda, no mesmo campo problemático de reflexão analítica, reportado, contudo, aos processos de mudança social e urbana de Lisboa no seu contexto metropolitano. Com uma precisão suplementar: procura-se, agora, desenvolver um enfoque analítico predominantemente *prospectivo* sobre os processos de mudança futura (passe a redundância) daquela condição sócio-urbanística do território em causa. Com efeito, se já era esse o enfoque analítico de uma das investigações anteriormente referidas, a sua própria fundamentação teórica e empírica não pôde dispensar, naturalmente, diversas observações de natureza retrospectiva daqueles mesmos processos de mudança.

Entre os *elementos* de mudança que sublinharam algumas transformações sócio-urbanísticas da cidade e da metrópole de Lisboa nas últimas décadas e os *sinais* de mudança que apontam para situações prospectivas daquele território nos próximos tempos, situa-se o campo problemático das pesquisas sócio-urbanísticas em curso — apontando, embora, direcções diferentes, ainda que complementares, da própria investigação —, campo esse que pode ser equacionado, agora, em torno de uma problemática mais específica que designaríamos de *reestruturação económica*, de *inovação social* e de *mudança territorial*, reportada, naturalmente, ao mesmo objecto empírico daquelas pesquisas.

Sublinhe-se, no entanto, que uma tal problemática não é propriamente “inovadora” em relação às investigações em curso. Realmente, uma das linhas de pesquisa, desenvolvida desde meados de 1987, procurou articular-se com um outro projecto de investigação, de âmbito internacional — projecto

URBINNO, Innovation and Urban Development ⁽²⁾ — cujo objectivo fundamental tem sido o de analisar o papel das inovações sociais e tecnológicas no próprio processo de mudança urbana. Num tal contexto, o desenvolvimento daquele projecto internacional encontra-se estreitamente articulado com a própria investigação aqui apresentada.

Refira-se, finalmente, que a própria natureza prospectiva das pesquisas a desenvolver — tanto em relação ao caso concreto em análise, como no âmbito do projecto internacional anteriormente referido — constituindo, como dissemos, o enfoque privilegiado do conjunto das investigações em curso, tem sido “experimentado” através de diversas observações analíticas ⁽³⁾ que, no seu conjunto, permitem vir a estruturar o que designamos por *Observatório Prospectivo da Metrópole de Lisboa*.

2. ORIGENS E EXPERIMENTAÇÃO

O projecto de constituição de um Observatório Prospectivo de Lisboa surgiu há já alguns anos ⁽⁴⁾, no seguimento, de resto, de uma experiência estrangeira semelhante — concretamente no Instituto Universitário de Arquitectura de Veneza — e, também, do posicionamento metodológico e empírico de uma pesquisa sócio-urbanística, entretanto terminada. Esta mesma pesquisa, que beneficiou do financiamento da JNICT, teve como objecto de análise e de observação, precisamente, “a cidade de Lisboa num contexto de mudança sócio-urbanística”, tendo sido experimentada uma metodologia de natureza prospectiva. ⁽⁵⁾

⁽²⁾ O projecto *Urbino — Innovation and Urban Development* constitui um projecto internacional envolvendo uma rede de investigadores de várias disciplinas e de diversos países europeus e dos E.U.A. Encerrada uma primeira fase de investigação (cujos resultados deverão ser publicados em 1991), o projecto encontra-se agora numa abordagem predominantemente prospectiva, tendo estabelecido, recentemente, uma ligação institucional através do programa FAST/MONITOR da Comissão das Comunidades Europeias (Dossier Prospectivo n.º 4 — “The future of urban societies: Towards a rebirth of towns?”).

⁽³⁾ Adiante serão referidas as Observações Prospectivas sobre determinadas situações da cidade de Lisboa, entretanto realizadas.

⁽⁴⁾ Com efeito, uma versão mais simplificada da presente proposta foi apresentada, em 1987, na Câmara Municipal de Lisboa, a partir da qual se veio a desenvolver algumas linhas de observação bibliográfica e documental como suporte às pesquisas em curso. Naturalmente, a presente proposta tem um âmbito mais amplo do que a anterior. De sublinhar ainda que a actual versão contou com alguns comentários críticos da urbanista Teresa Craveiro.

⁽⁵⁾ Relatório de investigação: *Lisboa, prospectiva de um futuro incerto*, CET/ISCTE, 1989, 323 pps. De referir que da equipe central de investigadores e colaboradores, fizeram parte: José M. Henriques (mestre em Planeamento Urbano), Walter S. Rodrigues e José L. Casanova (sociólogos), Teresa Craveiro (urbanista) e Maria J. Maranhão.

Mais recentemente, ao longo de 1989 e 1990, foi possível aprofundar uma metodologia, igualmente de natureza prospectiva, mas agora centrada em “jogos de simulação urbana”, a propósito de algumas situações específicas da cidade de Lisboa, ainda que decorrentes de problemas e de solicitações distintas. Concretamente, uma observação prospectiva aplicada a propósito de uma catástrofe ocorrida em Lisboa — o incêndio de uma zona do Chiado, em Agosto de 1988 — e realizada de colaboração com o Departamento de Análise Económica e Social do Território (DAEST) do Instituto Universitário de Arquitectura de Veneza. Mais tarde, uma aplicação solicitada pela Câmara Municipal de Lisboa, avaliando eventuais alterações de funções num “mercado urbano” da capital do país — o Mercado 24 de Julho, na Ribeira —, mas cuja aplicação não chegou a implementar todas as fases previstas (a mudança política do Executivo Municipal implicou uma reorientação nas decisões sobre aquele mercado lisboeta).

Por outro lado, aquela experimentação ⁽⁶⁾ — cuja orientação metodológica, através dos Profs. Francesco Indovina e Arnaldo Cecchini do DAEST, marcou instrumentalmente as aplicações realizadas — integrou-se numa investigação mais ampla sobre a zona do Chiado e sobre a evolução histórica de Lisboa (realizada por um conjunto de alunos do I.U.A. de Veneza, ao abrigo do Programa ERASMUS), investigação que acabou por ser apresentada em Lisboa (em 1990) através de uma exposição organizada pelo DAEST sobre a “Modernização de Lisboa”.

3. ÂMBITO E OBJECTIVOS

Tendo em conta o enquadramento problemático anteriormente referido e as próprias aplicações entretanto realizadas, concebe-se o objectivo fundamental do Observatório Prospectivo da Metrópole de Lisboa como decorrente da criação de uma *instância permanente* de análise e de avaliação da dinâmica de transformação sócio-económica e urbanística da cidade-metrópole de Lisboa.

Não se trata de duplicar, nem muito menos de substituir, funções semelhantes eventualmente existentes noutras instituições (nomeadamente na C.M.L.), mas de actuar,

⁽⁶⁾ Refira-se, igualmente, que em ambas aplicações o proponente da presente proposta teve a colaboração — e, igualmente, o apoio metodológico — do sociólogo José Luís Casanova.

simultaneamente, como um *pólo* de acumulação crítica — de observações, estudos, pesquisas, levantamentos ou, pura e simplesmente, abordagens sectoriais e/ou parciais daquele espaço metropolitano — com vista a detectar e a avaliar vectores de mudança social e urbana do “presente-futuro” da cidade-metrópole de Lisboa.

Num tal contexto, o *Observatório* não pode ser, nem um centro de documentação, nem um gabinete de estudos. Eventualmente, tais funções poderão vir a constituir algumas das condições prévias para uma mais eficaz realização dos objectivos enunciados. No entanto, esses mesmos objectivos — enunciados, sucintamente, na própria designação de um “observatório prospectivo” — procuram partir de uma caracterização retrospectiva daquele território, para uma *avaliação prospectiva* do seu futuro, no sentido em que, mantendo embora uma natureza analítica exploratória, tais objectivos constituem um “panorama de futuros possíveis, isto é, não improváveis”, o que remete para uma permanente avaliação de *cenários possíveis* de mudança sócio-urbanística da cidade e da metrópole de Lisboa.

Conhecer “o que existe” e avaliar “o que está surgindo”, para prospectivar “o que pode vir a acontecer”, eis as três motivações fundamentais que, no seu conjunto, constituem a razão de ser do *Observatório*. O que, traduzido em termos propriamente analíticos, significa:

a) manter permanentemente actualizado um diagnóstico de situação sobre o conhecimento entretanto adquirido, mas também sobre as propostas apresentadas, em relação ao território urbano-metropolitano de Lisboa;

b) estabelecer, em cada momento sincrónico de avaliação, os sectores e as temáticas de áreas “exemplares” que, numa perspectiva de mudança social e urbana, venham a ser considerados *estratégicos e estruturantes* do desenvolvimento e da modernização do território em causa;

c) avaliar os *sinais de mudança* desse território, no confronto entre resultantes de condicionamentos, tutelas, compromissos, etc. e potencialidades de transformação, com vista a detectar implicações e impactos de natureza sócio-urbanística no processo de mudança territorial de Lisboa;

d) esboçar características e configurações, na base daqueles sinais de mudança, de *cenários não improváveis*, a curto e a médio prazo, de transformação social e urbana da cidade-metrópole de Lisboa;

e) propor elementos e medidas de política urbana decorrentes da concretização dos objectivos anteriores, com vista a sustentar e a fundamentar as bases de um *planeamento urbano estratégico* para o território metropolitano de Lisboa.

4. METODOLOGIA E OPERATIVIDADE INSTRUMENTAL

Como desenvolvimento inicial do presente dispositivo, propõe-se uma metodologia estruturada a partir da explicitação de determinados eixos problemáticos do processo de mudança da cidade metrópole de Lisboa. Aquela explicitação deverá dar origem ao estabelecimento de específicas *Áreas — Problemas — Temáticas* sobre as quais incidirá a concretização dos objectivos anteriormente referidos.

Por outro lado, o eixo problemático privilegiado da presente proposta — como analisador paradigmático do Observatório — organiza-se em torno das formas, modalidades e instrumentos de intervenção urbana, decorrentes, de modo expresso ou implicitamente, das medidas de política territorial e das propostas de planeamento urbano no território em causa.

Deste modo, as “Áreas — Problemas — Temáticas” constituirão situações *exemplares* e, de certo modo, “laboratoriais”, onde incidirá uma análise retrospectiva e uma observação prospectiva, detectando os “germes” de mudança social e urbana através do eixo problemático da intervenção territorial. O estabelecimento daquelas situações “exemplares” constituirá, como dissemos atrás, um dos primeiros objectivos a concretizar pelo Observatório.

Em função do eixo paradigmático que assinalámos — e que, em última análise, se reporta à problemática do “planeamento urbano” da cidade-metrópole de Lisboa —, é possível situar, então, um conjunto de domínios temáticos em torno dos quais será necessário estabelecer vectores de observação e de avaliação de problemas colocados pelo “real” e, simultaneamente, assumidos pelo próprio Observatório.

Desses vectores de observação e de avaliação destacamos, desde já, os que se seguem, com indicação de algumas das suas dimensões mais significativas:

- *Condições, processos e consequências da expansão urbana e metropolitana* — expansões intersticiais e periféricas; compromissos e respectivos usos do solo; centralidades e dependências sub-urbanas; etc.

- *Processo de terciarização da cidade de Lisboa* — lógica do sistema de concentração terciária; características do perfil de localização e dos processos de mudança de usos do solo; implicações na própria estrutura urbana de Lisboa; etc.

- *Ambiente urbano e cultura da cidade* — da animação urbana à emergência de uma linguagem e de uma praxis cultural da cidade; o ambiente urbano e a qualidade de vida dos cidadãos; cultura urbana e equilíbrio ecológico da cidade; etc.

- *Qualificação e quantificação de equipamentos estruturantes* da cidade-metrópole de Lisboa — entidades tutelares; dimensionamento, sobreposição e conflitualidades; desajustamento entre a oferta e a procura; etc.

- *Mobilidade e acessibilidade no território urbano-metropolitano* — modos de transporte e respectivas redes estruturais; compatibilização entre operadores; o desejo de mobilidade e as necessidades de transporte; etc.

- *Espaço edificado e condições de habitabilidade* — produção e apropriação *versus* qualidade e condições do habitat; programas de recuperação e de reabilitação; processos integrados de requalificação social e urbana; etc.

Naturalmente, a presente listagem não corresponde a um “programa de trabalho”, mas tão só à indicação temática de alguns dos domínios mais problematizadores da actual condição urbano-metropolitana de Lisboa e que, como tal, são geradores de *sinais de mudança* dessa mesma condição.

Refira-se, finalmente, que o enfoque empírico fundamental do observatório se centra na cidade de Lisboa no respectivo contexto metropolitano de que faz parte integrante, o que significa que as respectivas condições de observação e de avaliação não poderão ficar restringidas por razões meramente de ordem administrativa ou, inclusive, por delimitações de carácter municipal. Em todo o caso, um tal enfoque terá sempre a capital do país como um quadro urbano de referência determinante na actuação do Observatório, uma vez que ele foi pensado a partir da actual situação de Lisboa. Contudo, um aprofundamento das potencialidades do presente dispositivo pode vir a enquadrá-lo, plenamente, numa óptica metropolitana, procurando neutralizar, assim, alguns dos “vícios” assinalados atrás (v. I.3.).

Ao fim e ao cabo, o presente dispositivo — base de referência e de desenvolvimento dos objectivos do Observatório — remete, no campo científico que também é seu, para o que se tem vindo a designar por *pesquisa-acção*,

através da qual serão igualmente dominantes e privilegiadas as respectivas componentes problematizadoras: a que suporta e determina a necessidade de *saber*, nos domínios disciplinares expressamente assumidos, e, simultaneamente, a que estrutura e condiciona a urgência do *fazer*, actuando numa realidade mutável e contraditória. Em última análise, é de um *saber fazer* que se trata, como postura fundamental do Observatório Prospectivo da Metrópole de Lisboa. ■